

Um dilema cruel

- 3 ABR 1988

Soa incompreensível a ouvidos razoavelmente atentos à realidade brasileira a afirmação, atribuída ao presidente José Sarney, de que medidas drásticas agora, visando a reordenar a economia, são politicamente inoportunas, suscetíveis de agravar sua já baixíssima popularidade. Por isso não estaria ele decidido a adotá-las.

Não fosse a evidência de que efetivamente vem ocorrendo excessivo retardamento da ação, num ano em cujos três primeiros meses a inflação ultrapassou a 50%, e no qual a dívida interna pública cresce à razão de 1 trilhão de cruzados por mês, seria difícil acreditar-se na autenticidade daquela afirmação. De fato, ela é inconciliável com o senso comum de responsabilidade política.

É do nosso dever, face à nossa responsabilidade como instituição social, alertar o Presidente para os riscos que aquele pensamento impõe não apenas à sua popularidade mas à própria estabilidade e continuidade do seu Governo. Os riscos a que aludimos não são hipóteses teóricas advindas da análise histórica dos fatos atuais ou de uma visão acadêmica da dialética dos processos políticos. Os riscos advêm de fatos que já se manifestaram concretamente no horizonte.

Os empresários, mobilizados pela Fiesp, prometem um Manifesto para os primeiros dias subseqüentes à Semana Santa. Pensam eles não apenas criticar o Governo, o que já fazem, mas assumir firme posição política diante da visível deterioração dos seus negócios no quadro da desordem econômica estabelecida. A rebelião dos empresários, se ocorrer, não virá desacompanhada de repercussões em

outros segmentos sociais. Os trabalhadores estão prontos a operar em espaço próprio, desobrigados que se vêem, por força do hiato de autoridade, das restrições legais à greve.

Os militares, única base de sustentação do Governo que ainda se mantém, têm advertido até mesmo através dos seus ministros para a impostergabilidade do saneamento econômico. Eles refletem, como têm refletido ao longo da história das intervenções militares no processo político, a insatisfação popular, notadamente a insatisfação da classe média, já agora mobilizada em oposição ao absentismo governamental.

A classe política acha-se desarticulada. A recente vitória do Presidente na votação do sistema de Governo e da duração dos mandatos presidenciais tem tido leitura incompleta que propicia percepção imperfeita daquilo que de fato ocorreu. O que ocorreu foi a aliança tática do bloco solidário com o Presidente com as bancadas do PDT, do PTB e da extrema-esquerda do PMDB e de outros partidos, as quais, presidencialistas e cincoanistas, acham-se porém em oposição ao Presidente. Nada indica, ao contrário, tudo desindica, que aquela aliança se repetirá em relação ao mandato de Sarney, matéria que as desune.

Não são apenas os fatos políticos, estimulados pelo quadro psicosocial, que conspiram contra a estabilidade do Governo. Os fatos econômicos possuem sua própria cadência. A dívida interna pública já está próxima do patamar acima do qual ela se torna não financiável pela poupança interna. O limite da possibilidade de rolagem da dívida está à vista. Nesse ponto o Governo terá de socorrer-se em uma única fonte de financiamento, a emissão, confi-

gurando-se neste caso a total irreversibilidade do quadro de crise.

O retardamento demasiado da elaboração constitucional em curso, por sua vez, adiciona outros elementos de perturbação. Alvo de críticas, a Constituinte perde credibilidade e seu produto, a nova Constituição, perderá autoridade. Maculada por este vício de origem, ela não constituirá restrição importante ao desenvolvimento da dinâmica da crise.

A ofensiva que o Governo desfecha agora no sentido de recuperar o controle da exação fiscal, há anos deteriorada pela sonegação que se apóia na fluidez da sua base moral, a autoridade do Estado, é medida, esta sim, politicamente inoportuna. Ela vai transformar a resistência passiva da sociedade em resistência ativa. Os contribuintes — não se trata de dedução mas de constatação objetiva — não são solidários a um poder tributário que foi incapaz de demonstrar-se transparente na aplicação dos recursos arrecadados.

A esta altura, tanto tempo foi perdido, não restam muitas opções ao Presidente. Ele terá de escolher entre concluir seu mandato, seja ele de quatro ou de cinco anos, como o mais impopular da história recente, embora com o conforto de ter feito aquilo que tinha de fazer, ou sair antes, muito antes, acossado por um estado de indisciplina social impossível de ser contido. É uma pena ter-se chegado a esse cruel dilema. Afinal, o presidente Sarney tinha tudo, as condições políticas e as qualidades pessoais, para fazer-se o mais popular Presidente desta fase da vida brasileira.